

SERVIÇO MILITAR

EM 2022, AS MULHERES MARCAM TRÊS DÉCADAS DE PRESENÇA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

30 anos de passos importantes para a inclusão

» MARIANA ANDRADE*

A Constituição estabelece que o serviço militar não é obrigatório para as mulheres, apenas para o sexo masculino. Mesmo assim, o interesse em seguir a carreira militar atrai cada vez mais candidatas. A forma de ingresso nas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) é diferente do processo dispensado aos homens. Elas precisam se submeter a concursos públicos para servirem de forma voluntária como militares de carreira ou temporárias. Nos últimos anos, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas vêm rendendo homenagens às milhares de servidoras de seu quadro para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

De acordo com dados do Ministério da Defesa, atualmente, cerca de 33.960 brasileiras integram as Forças Armadas. No Exército, a presença feminina contabiliza 13.122 militares, representando aumento de 6,42% em relação aos anos de 2019 e 2020, e de 11% no período de 2020/2021. Atualmente, 53 oficiais ocupam o cargo de coronel, sendo que cinco exercem a função de comandante, chefe ou diretor de Organização Militar. A grande maioria ocupa alguma função de chefia.

Em 1992, a Escola de Administração do Exército em Salvador (BA) formou a primeira turma composta somente por mulheres, por meio de concurso público, com 49 candidatas contempladas, mas, desde 2017, elas vêm conquistando espaço no front do Exército Brasileiro. Naquele ano, cerca de 40 delas começaram a receber treinamento para compor a linha de força bélica. Com isso, o cargo de general começou a ser cobiçado pelas oficiais, algo que anteriormente era reservado apenas aos homens. A implantação da Lei 12.705, de agosto de 2012, assinada pela então presidente Dilma Rousseff, facilitou a presença de mulheres na linha bélica.

Trajatória feminina na defesa da pátria

Maria Quitéria de Jesus (1792-1853) é considerada a figura feminina mais importante do Exército. Reconhecida como heroína da Independência do Brasil, a baiana foi a primeira mulher a atuar em combate, alcançando a façanha de ser também a primeira a ingressar em uma unidade militar. Em 1996, foi declarada patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro e, em 2018, passou a ter seu nome registrado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Contrariando as opiniões do pai, ela cortou os cabelos e se vestiu de homem, adotando a alcunha de “soldado Medeiros”, sobrenome de seu cunhado, para participar das lutas independentistas no estado da Bahia. Mesmo após descobrirem sua real identidade, ela foi autorizada a prosseguir nos campos de batalha.

Maria Quitéria também abriu caminho para a participação feminina em vários setores da sociedade brasileira. Sua figura é traduzida, nos dias atuais, como símbolo de luta e perseverança. Porém, essa suposta progressão feminina nas Forças Armadas ficou estagnada por 120 anos. Até o período da Segunda Guerra Mundial, quando o Exército Brasileiro enviou 73 enfermeiras para a missão, todas as profissionais que se voluntariaram tornaram-se as primeiras mulheres a ingressar no serviço ativo das Forças Armadas brasileiras.

Em 1992, a Escola de Administração do Exército em Salvador (BA) formou a primeira turma composta somente por mulheres, por meio de concurso público, com 49 candidatas contempladas.

*Estagiária sob a supervisão de Jäder Rezende

